

A FOME COMO BASE ESTRUTURAL DO CAPITALISMO

HUNGER AS A STRUCTURAL BASIS OF CAPITALISM

Mayra Alarcon Jeronimo da Silva¹

RESUMO Este ensaio busca elucidar e reconhecer a fome tal qual ela é: uma realidade culposa, que viola o direito ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e sustentável. Um fato, que há muito, e por tantos, é tratado como um fenômeno sem causa e sem dono. Uma fatalidade, quase necessária, o preço a se pagar pela existência. Como se não tivesse sido criada, como se não tivesse sido programada, como se não fosse uma consequência e uma condição da realidade política, econômica e social do capitalismo. Para tanto, primeiramente será apresentado conceitos referentes à indagação “o que é a fome?”, a partir das perspectivas de diferentes áreas do conhecimento: saúde e ciências sociais. Posteriormente, será levantada a discussão dos possíveis caminhos a serem trilhados rumo a emancipação dessa mazela social de acordo com preceitos marxistas.

Palavras-chave: Fome. Sistemas alimentares. Capitalismo.

ABSTRACT This essay seeks to elucidate and recognize hunger as it is: a culpable reality, which violates the right to access quality food, in sufficient and sustainable quantity. A fact, which for a long time, and by so many, has been treated as a phenomenon without a cause and without an owner... A fatality, almost necessary, the price to be paid for existence. As if it had not been created, as if it had not been programmed, as if it were not a consequence and a condition of the political, economic and social reality of capitalism. To do so, firstly, concepts related to the question “what is hunger?” will be presented, from the perspectives of different areas of knowledge: health and social sciences. Subsequently, the discussion of the possible paths to be taken towards the emancipation of this social ill will be raised in accordance with Marxist precepts.

Keywords: Hunger. Food systems. Capitalism.

Introdução

¹ Mestranda em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), Universidade Estadual de Goiás (UEG), Graduação em Nutrição pela Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: nutrimayraalarcon@gmail.com

A fome não é um fenômeno natural e sim um produto artificial de conjunturas econômicas defeituosas. Um produto da criação humana e, portanto, capaz de ser eliminado pela vontade do próprio homem. A vitória contra a fome constitui um desafio à atual geração – como símbolo e como um signo da vitória integral contra o subdesenvolvimento.
(CASTRO, 1960, p. 24)

Sentir fome é quando um ser humano é violado fisiologicamente e, principalmente, socialmente. A fome não pode ser simplificada apenas pela ausência do alimento, embora essa seja a sua face popular. Afinal, sentir fome vai além da privação calórica e nutricional (ABRAMOVAY, 1985). Em termos técnicos, estar alimentado e estar nutrido são condições completamente diferentes, que envolvem inúmeras particularidades de cada ser humano. De acordo com o pensamento de Sobrinho (1981), não é só sobre as calorias mínimas para manter um corpo vivo, mas sim os nutrientes necessários para que esse corpo exista na sua plenitude.

“Sentir fome” é quando algumas pessoas têm a passividade do direito de ter acesso à comida e outras milhares não. “Sentir fome” é quando socialmente, politicamente e economicamente, é aceito que alguns sejam privados de comer, quando no mundo inteiro há comida de sobra.

Talvez, não exista direito humano mais recorrentemente sendo violado do que o “direito” à alimentação. Isso porque, ainda, não entramos no mérito de falar sobre a alimentação adequada, que envolve particularidades como: quantidades, calorias e nutrientes. Estamos pensando simplesmente no fato de comer por si só, para matar a fome. Por isso, chega a ser irônico ainda falarmos sobre “direitos” quando as taxas de pessoas não alimentadas superam as alimentadas.

Nessa perspectiva, os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se fazem indispensáveis nessa narrativa. Afinal, compreende-se como o direito de cada cidadão ao acesso permanente a alimentos de qualidade e, paralelamente, ter como garantia a preservação dos seus hábitos alimentares e culturais, estruturando práticas que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006; CONSEA, 2004). Já a Soberania Alimentar traz a este estudo a

dimensão dos alimentos e da alimentação, culturalmente referenciados e pautados em mecanismos de decisão sobre a produção e o consumo (BELIK, 2003). Não é só não “ter o que comer”, é porque além de não ter o que comer, não podemos escolher o que comer, como comer e quando comer. Não é apenas fisiológico, mas se torna cruel o bastante porque a fome representa a privação cultural e de expressão daquele que a vive.

Ainda, cita-se a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) com a abordagem da Soberania Alimentar registrada na Declaração de Nyéléni, realizada em Mali em 2007. Essa declaração traz o conceito de Soberania Alimentar como o direito dos povos de decidirem seu próprio sistema alimentar, bem como de produzir alimentos saudáveis, acessíveis e culturalmente adequados à sua realidade, obedecendo aos princípios da sustentabilidade e ecologia do meio ambiente. Garantindo que o cidadão esteja acima das exigências do mercado (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI, 2007). Talvez o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) tenha sido criado para que pudéssemos falar sobre o seu desrespeito e negligência diários.

A fome é um fato, assim como também é um fato o descaso em tentar resolvê-la. Afinal, até hoje não querem justificar suas causas. Vivemos na narrativa de que esse é um “mal necessário”, tão natural quanto a própria vida, ou seja: não requer explicações e abre espaço para justificativas pífias e superficiais como: altas taxas de natalidade nos países subdesenvolvidos, falta de comida, clima ou uma questão de preguiça e falta de iniciativa dos próprios pobres para superar a culpa de passar fome. No entanto, a fome, apesar de todas as especulações dos seus porquês e das falsas comoções, é a pura expressão (desde o começo) da desigualdade social intrínseca ao modo de produção capitalista.

As várias faces da fome

Não é um trabalho difícil dissipar quaisquer dúvidas de que o mundo está retrocedendo (para não dizer estagnado) em seus esforços para acabar com a desnutrição, fome e insegurança alimentar. Basta querer ver.

Em 2020, a FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) publicou o relatório “2020: The state of food security and nutrition in the world”, que pontuou que cerca de dois bilhões de pessoas (25,9% da população global) sofreu fome ou esteve sob insegurança alimentar em 2019. Ou seja, 25,9% da população global vive sem o acesso regular a alimentos nutritivos, tão pouco suficientes para suprir suas necessidades vitais. No mesmo relatório, é estimado que a pandemia de coronavírus acrescentaria entre 83 e 133 milhões de pessoas na faixa da subnutrição, em 2020. O tempo passou e hoje, no Brasil, 116,8 milhões de brasileiros enfrentam algum grau de insegurança alimentar. No qual, 43,3 milhões não têm acesso a quantidades suficientes de alimentos de qualidade para suprir as necessidades energéticas, muito menos as necessidades nutricionais. 19 milhões de pessoas vivem com fome (REDE PENSSAN, 2021).

Nesse contexto, essas definições surgem a partir da EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar), que é uma análise psicométrica da dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. Trata-se de uma ferramenta que pode ser utilizada para medir a situação de segurança alimentar e nutricional de uma população a partir da experiência de quem passa fome. Esse estudo possui 14 perguntas, mas é possível aplicar o questionário reduzido com 8 delas, onde, ao final, a partir do número de respostas afirmativas é classificado o nível de insegurança alimentar do entrevistado. Sendo essas: “Os(as) moradores(as) deste domicílio tiveram a preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?”, “Os alimentos acabaram antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?”, “Os(as) moradores(as) deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?”, “Os(as) moradores(as) deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?”, “Algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida?”, “Algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade alguma vez, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?”, “Algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida?”, “Algum(a) morador(a) de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma

refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida?”.

Assim: por Segurança Alimentar, entende-se que a família/domicílio possui acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais (para obter essa classificação nenhuma resposta das respectivas perguntas deve ser afirmativa); por Insegurança Alimentar Leve, há a preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro, qualidade inadequada dos alimentos, resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos (para obter essa classificação 1 a 3 respostas devem ser afirmativas); por Insegurança Alimentar Moderada, há a redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante de falta de alimentos entre os adultos (para obter essa classificação 4 a 5 respostas devem ser afirmativas); por Insegurança Alimentar Grave, há a redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio (para obter essa classificação 5 respostas devem ser afirmativas).

Apesar do país ser conhecido mundialmente como um dos principais produtores e exportadores de alimentos, esse sistema não garante a segurança e soberania alimentar para mais da metade de sua população (REDE PENSSAN, 2021). Isso porque, no capitalismo, o alimento não é direito básico, é mercadoria, é commodity e para o agronegócio, o preço do alimento é transacionado no mercado financeiro internacional e não na condição interna de produção (FURNO, 2021).

Falar apenas com números pode acabar anulando ou tornando mais tênue a realidade de que estar subnutrido nos primeiros anos de vida significa crescer com falhas no seu desenvolvimento, incluindo as variáveis: peso, altura, desenvolvimento psicomotor, neurológico e imunológico. Estar subnutrido nos primeiros anos de vida significa carregar essa marca durante toda a vida. A FAO estima que ao considerar o número de pessoas com insegurança alimentar severa (fome) mais as pessoas em insegurança alimentar moderada, o número possa chegar a 2 bilhões de pessoas no mundo. A fome, em contraste paralelo ao acúmulo de capital, desenvolvimento

tecnológico e crescimento exponencial da produtividade, é a prova real, palpável e irrefutável de que o capitalismo é falho e cruel, considerando seu papel como sistema socioeconômico escolhido (e imposto) para ser os moldes do projeto civilizatório da humanidade.

Malthus acreditava que a fome seria um mal necessário, que deveria existir para sustentar a evolução da sociedade, porque, segundo ele, a produção de alimentos não conseguiria equiparar-se ao crescimento da população. Logo, seria justificável alguns pagarem o preço da fome para que outros de forma nobre pudessem prosperar. Entretanto, Malthus não imaginaria que, na verdade, a fome é causa e não efeito do crescimento desenfreado da sociedade. Não há fome pelo excesso de pessoas. O excesso de pessoas existe porque há fome, porque é disso que o capitalismo precisa para existir. Afinal, as condições miseráveis as quais as pessoas são submetidas a viver, funcionam como estratégia de indução para que as mesmas cedam à pressão inegável da necessidade de venda da sua força de trabalho por preços miseráveis. Tal qual o sistema econômico necessita para existir. Tal qual elas precisam para sobreviver (CASTRO, 1960).

Por isso, por volta de 1830 surgiu o termo “questão social”, que se refere à pobreza das massas populares, consequência da exploração do trabalho advinda do capitalismo. Dessa forma, a teoria social de Marx e Engels é capaz de fornecer precisão conceitual para entender que em um contexto de produção pré-capitalista de fato a pobreza e as desigualdades sociais eram consequências do baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, o que resultava na escassez. Já a instauração do capitalismo foi pautada a partir de uma nova dinâmica, no qual a lógica está associada à produção de riquezas, ou seja: a miséria e a escassez não é mais uma fatalidade resultante da ordem natural, mas sim uma produção social. Portanto, a pobreza, a fome, as desigualdades sociais de uma forma geral, estão relacionadas à divisão das classes sociais e a propriedade privada (CASTELO, 2010).

Nesse contexto, Milton Santos (2010) discorre sobre três formas de pobreza no seu livro “Por uma outra Globalização”. O autor afirma que são tipos de pobreza que evoluíram com a história, logo, três formas de dívidas sociais: a pobreza incluída, a marginalidade e a pobreza estrutural globalizada. Dessa forma, a pobreza incluída é

entendida como um “acidente”, uma inadaptação aos processos naturais da sociedade. Esse tipo de pobreza existiu quando o consumo não era ainda um nexo obrigatório à sociedade, por isso o autor a define como “incluída”, já que era menos discriminatória e relacionada a uma desadaptação local aos processos gerais de mudança.

Depois, a pobreza evoluiu para uma “doença da civilização”, a então chamada: marginalidade, reconhecida como consequência da produção econômica advinda da divisão do trabalho e paralela à imposição do consumismo. A pobreza, então, torna-se mais complexa, afinal ela deixa de ser somente absoluta e passa a ser relativa, já que classifica os indivíduos pela sua capacidade de consumir, bem como a forma com a qual consomem. Aqui, a pobreza ainda era interpretada com possibilidade de “correção”, gerando movimentações no governo e nas elites políticas e intelectuais.

Por fim, atualmente consolida-se a pobreza estrutural globalizada, do ponto de vista político ela é interpretada como uma “dívida social” natural ao processo de evolução, logo, não há necessidade de combatê-la. Isso faz com que o poder público seja dispensado da sua responsabilidade de “proteção social” e a miséria passa a ser interpretada como voluntária e permanente. Nessa fase, os pobres não são incluídos ou marginais, mas sim (literalmente) excluídos. É uma pobreza caracterizada pelo aumento das taxas de desemprego e a redução do valor do trabalho.

Nesse prisma, podemos citar a fome no cenário brasileiro, consequência direta do agronegócio, que, além de gerar (todos os dias) impactos ambientais e exploração do trabalho humano, também se mostra incapaz de abastecer o país com gêneros alimentícios utilizados para consumo da população, até porque esse nunca foi o objetivo do sistema industrial agrícola, já que sua produção é exclusivamente voltada para exportação e maximização dos seus lucros. Por isso, a mentira de que a abundância na produção de comida e o combate à fome só poderá ocorrer com o avanço das forças produtivas, modernização tecnológica do campo e novas formas de cultivo, chega a ser apelativa e ultrapassa o desrespeito com as pessoas. Tratar a fome como uma tragédia decorrente do clima ou excedente populacional ou até mesmo alegar que falta comida, é totalmente irracional e cruel. O discurso do capitalismo praticamente culpa o pobre pela sua própria fome e, todos os dias, torna aceitável a convivência insensível entre fartura e escassez. A verdade é que, não

existiu e tão pouco existem dificuldades materiais insuperáveis que expliquem a fome. Até porque, hoje, a capacidade de produção de alimentos supre o dobro das necessidades de toda a população mundial. Mas, ainda sim, a fome não tem dono (SANTOS et al., 2018).

No Brasil, a fome é mais do que uma estimativa. Aqui, ela é herança de um passado colonizador indiferente a tudo que não favorecesse sua economia destrutiva de privilégios aos interesses privados e seus planos mercantis, que priorizavam (e ainda priorizam) os monopólios estrangeiros interessados somente na exploração. A questão é: esse passado ainda se faz tão presente (como se nunca tivesse deixado de existir), a ponto de enraizar uma economia semicolonial ao país, onde a maioria da população rural ainda não possui terra e mais de dois terços dos recursos florestais e agrícolas pertencem à mesma minoria de senhores e/ou organizações estrangeiras. Por isso, diante de toda extensão territorial do Brasil, que abrange uma riquíssima variabilidade botânica, seria possível produzir alimentos suficientes para não só alimentar, mas nutrir o dobro da população do país. Portanto, se os recursos alimentares do país não suprem a necessidade do seu povo, é porque a sua estrutura econômico-social sempre agiu de forma desfavorável ao aproveitamento racional das possibilidades geográficas do mesmo (CASTRO, 1982).

Por isso, de acordo com Santos (2020), o Brasil e o restante dos países latino-americanos, diante do contexto da divisão internacional do trabalho, estão fadados a assumirem um capitalismo dependente. Dessa forma, a soberania alimentar e a reforma agrária popular são necessárias e só poderão se concretizar por meio da ruptura com o modo de produção capitalista, afinal, tais pautas impossibilitam que os interesses do imperialismo e da burguesia sejam efetivados de maneira plena, como ocorre hoje.

Nesse sentido, faz-se necessário citar o documentário Ilha das Flores. É uma produção de Mônica Schmiedt, Giba Assis Brasil, Nôra Gulart, com roteiro de Jorge Furtado. Ilha das Flores é um local na cidade de Porto Alegre destinado ao depósito de lixo e à disputa de comida (convencionalmente encontrada nesse lixo) entre mulheres, crianças e porcos. O curta dedica-se a apresentar a trajetória de um tomate, desde a sua colheita, até a o ponto no qual as pessoas são influenciadas a escolherem esse item para o consumo próprio, através da compra em supermercados, que limitam

a nossa escolha alimentar (afinal consumimos o que nos é oferecido, não o que desejamos, até porque, nesse contexto, “conveniências” são criadas para influenciarem até os hábitos alimentares da sociedade).

Também, é elucidado de forma brilhante como funciona a linha tênue do enraizado pensamento consumista/capitalista para considerar se determinado item alimentar é comida ou lixo, e porquê esse alimento, considerado lixo para alguns, é visto como adequado para consumo para outros. Quando esse tomate, considerado como lixo para alguns, vai para o lixão da Ilha das Flores, os porcos de alguns donos de terra possuem prioridade na escolha desse “lixo” para se alimentar. Prioridade maior que crianças e mulheres, que literalmente precisam esperar os porcos se alimentarem o quanto quiserem, para poderem adentrar o lixão e ter 5 minutos para procurar os restos.

A seguir alguns trechos da narrativa do curta que traduzem diariamente a passabilidade que o capitalismo cria em alguns poderem viver sem fome e outros não: “O tomate plantado pelo senhor Suzuki, trocado por dinheiro com o supermercado, trocado pelo dinheiro que dona Anete trocou por perfumes extraídos das flores, recusado para o molho do porco, jogado no lixo e recusado pelos porcos como alimento está agora disponível para os seres humanos da Ilha das Flores”, “O que foi considerado impróprio para a alimentação dos porcos será utilizado na alimentação de mulheres e crianças. Seres humanos em grande quantidade com telencéfalo altamente desenvolvido, polegar opositor e que não tem dinheiro nem dono. Contam com a benevolência do dono do terreno que as deixa entrar em grupos de 10, por 5 minutos para pegar para si aquilo que foi desprezado por pessoas como Dona Anete e os empregados do dono do porco. Estão expostos a doenças, mau cheiro e a contaminação como por césio e outros metais. O que as coloca depois dos porcos na prioridade da escolha de alimentos é o fato de não terem dinheiro, nem dono”, “O ser humano se diferencia dos demais seres vivos por possuir telencéfalo altamente desenvolvido, polegar opositor e por ser livre. Livre para ser dono de porcos e terrenos ou vender sua força de trabalho em troca do que se acredita socialmente necessário para sua sobrevivência. Ou ainda, para tornar-se mais um dos habitantes de Ilha das Flores, que não tem nem dono e nem dinheiro”.

Liberdade é um argumento frequentemente usado para consolidar e validar o capitalismo, a fim de instaurar uma sensação de “poder de escolha”. No entanto, fica um pouco subliminar que esse poder de escolha possui um certo limite de alternativas. Nesse prisma, de acordo com Marx em *O Capital*, a extração de mais-valia, bem como a apropriação privada do excedente econômico, mostram-se inseparáveis e impossíveis de existir sem que a ampliação da miséria seja o alicerce da expansão da riqueza. Acúmulo de capital e acúmulo de pobreza são sinônimos. Nessa linha de pensamento, Engels (2010), em “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, já denunciava a lógica da importância da fome na estruturação da sociedade moderna industrial:

É fácil compreender que tanto a qualidade como a quantidade da alimentação dependem do salário e que, entre os operários mais mal pagos, em especial entre aqueles que têm uma família numerosa, a fome impera, mesmo em períodos nos quais há empregos.
(ENGELS, 2010, p. 114).

A fome, portanto, é inerente à relação capital-trabalho. Até porque, quem não tem dinheiro, não tem acesso a comida, independente do seu excedente de produção. Dessa forma, o espectro da fome é utilizado como elemento de coerção do trabalhador à venda da sua força de trabalho a qualquer custo, através da sua inserção no limiar da sua sobrevivência biológica.

A miséria, expressa pelo amplo espectro da fome, funciona como um ambiente redutor do custo da força de trabalho, que potencializa a extração da mais valia e eleva as taxas de lucro para quem a impõe. Assim, o pauperismo se torna intrínseco ao acúmulo de capital.

Tal conceito é elucidado em *O Capital*, por Marx (2013):

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maior forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e

o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. (MARX, 2013, p. 469).

Então, sendo a fome necessária para sustentar esse sistema, o falso moralismo a apresenta como uma consequência divina, que não pode ser contestada, que não possui dono, que não possui culpado, logo, que não possui solução. Assim, ela é jogada ora no colo das políticas assistencialistas, ora no colo da filantropia. Por isso, pensar no combate da miséria, fome e qualquer outra mazela social, sem intervir estruturalmente nos alicerces do ciclo vicioso da pobreza é totalmente redundante e ineficaz.

Considerações finais

Em suma, a estagnação (ou até mesmo ausência) da qualidade de vida daqueles que vivem na miséria, ao passo que o próprio salário mínimo é incapaz de garantir o acesso diário a alimentos básicos para a sobrevivência (tampouco a qualidade de vida), provam a ausência de qualquer esforço e intenção de combate a pobreza e a desigualdade social.

Diferente do que popularmente se acredita, as hierarquias sociais do capitalismo não são determinadas por uma ordem divina, imutável, inquestionável e transcendental ao ser humano, e sim por um processo histórico caracterizado por conflitos com tendência a favorecer um grupo restrito de pessoas. Assim, a fome, a desigualdade social e as misérias possuem papel estratégico no contexto da divisão de classes da sociedade civil burguesa.

Marx e Engels (1998) afirmam que nenhum esforço será válido no contexto da miséria e fome se as intervenções não forem focadas no propósito da abolição da propriedade privada dos meios de produção, o que obriga as pessoas à submissão da exploração capitalista, alienação e escravização, não apenas no parâmetro “trabalho”, mas acima de tudo na limitação como seres humanos.

Sem transformações estruturais do modo de produzir e viver, será impossível pensar na melhora das condições de vida dos trabalhadores. Portanto, somente com

a abolição das classes será possível dialogar sobre a redução efetiva das desigualdades sociais e instaurar de fato a liberdade, tal qual ela deveria ser.

Referências

ABRAMOVAY, R. **O Que é Fome**. São Paulo: Abril Cultura: Brasiliense, 1985.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde & Sociedade**, v.12, n.1, p.12-20, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - **CONSEA**. 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Documento de referência, 2011.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)**, 2013.

CASTELO, R. **A “questão social” nas obras de Marx e Engels**. Rio de Janeiro: Revista Praia Vermelha, v.20, n.1, p.85-94, 2010.

CASTRO, J. **GEOGRAFIA DA FOME: O dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares: Achiamé, 1982.

CASTRO, J. **O Livro Negro da Fome**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1960.

DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI. **Foro Mundial por la Soberanía Alimentaria**. Nyéléni, Selingue, Malí. 28 de fevereiro de 2007.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**. 10 dez. 1948.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**: segundo as observações do autor e fontes autênticas. Tradução de B. A. Schumann. Mundo do trabalho; Coleção Marx-Engel. São Paulo: Boitempo, 2010.

FURNO, J. Quem tem fome tem pressa: agricultura familiar camponesa contra a pandemia da fome e inflação. 2021. Publicado pelo canal Movimento de Mulheres Camponesas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YZew5Tbjcgl>. Acesso em: 12 mar. 2023.

REDE PENSSAN. **Inquérito nacional sobre a insegurança alimentar no contexto de pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2021.

SCHMIEDT, M; BRASIL, G. A; GULART, N; FURTADO, J. **Ilha das Flores**. 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xxuei6Br6Fg>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SANTOS, MILTON. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. 19ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, M; GLASS, V. (org.). **Atlas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SANTOS, T. **Socialismo ou fascismo**: o novo caráter da dependência e o dilema latinoamericano. Florianópolis: Insular, 2020.

SOBRINHO, A. E. L. **Fome, Agricultura e Política no Brasil, A chantagem alimentar**. Petrópolis: Vozes Ltda., 1981.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. Tradução de Maria Lúcia Como. 15ª ed. Rio de Janeiro Paulo: Paz e Terra, 1998.

MARX, K. **O Capital Livro I crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.